



## PRESS RELEASE

### O DIREITO AO BOM NOME

Numa sociedade democrática e num estado de direito o respeito pelo bom nome das pessoas e instituições é um pilar. No entanto, em Portugal, é cada vez mais comum o atropelo a este direito básico, vindo dos mais variados quadrantes, com os mais diversos fins, mas sempre com a vil consequência: qualquer acusado na praça pública passa a ser culpado até prova em contrário. E por muito que se prove a inveracidade da acusação, fica sempre o sulco indelével da suspeita, que muitas vezes acaba por estilhaçar pessoas e instituições. Sem razão, sem justiça, com custos incalculáveis, lamentáveis, evitáveis. No passado dia 27 de Novembro, **no programa “Prós e Contras”, na RTP1, discutia-se o Ensino Superior. Uma das questões centrais na discussão eram as dificuldades financeiras, decorrentes de decisões políticas conhecidas e cujos impactos todos sentem. À questão concreta de que estes cortes impediram o pagamento do subsidio de Natal em 3 escolas da UTL o Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Prof. Mariano Gago, afirmou não ser verdade: “Apenas uma”, disse, “apenas uma não pagou – o Instituto Superior de Agronomia – e por pura irresponsabilidade de gestão, o que é também um desrespeito enorme pelos funcionários”.** Disse-o com uma emoção na voz cujas origens desconhecemos. Sabendo o poder que a comunicação social tem na criação de opinião, sabendo que toda a Universidade portuguesa estaria naquele momento atenta ao debate, tendo o estatuto e a responsabilidade que o cargo lhe confere, **não é compreensível tal acusação, aliás completamente infundada e injusta, a uma instituição centenária que sempre prezou o bom nome que construiu com trabalho, sendo uma instituição séria, de referência a nível nacional e internacional, com excelência científica reconhecida e que sempre contribuiu para o desenvolvimento do País, nomeadamente em momentos de crise.** Mais incompreensível ainda foi o silêncio do Senhor Reitor da UTL, também presente no debate, tanto mais que estava completamente ao corrente da situação, do seu desenrolar e dos efectivos esforços da gestão do ISA para a colmatar. Ora o silêncio, até juridicamente, é admitido como concordância. Institucionalmente é inadmissível. Se persistente é doloroso. Qualquer que seja agora a acção tomada pelo ISA para repor a verdade, e que já o fez quer por Ofício ao Senhor Ministro, quer por declarações à própria comunicação social, nunca terá o impacto que teria um desmentido em directo. O efeito dessa inusitada e injusta intervenção, não contrariada, terá seguramente efeitos muito negativos, de difícil avaliação, sobre o futuro do ISA e da UTL. A quem a responsabilidade? **Procuraremos combater esta dúvida, esta marca indelével, com informação objectiva, completa.** De facto, antes de enviarmos o fax ao

Sr. Ministro informando das dificuldade em questão, procurámos fazer o pagamento recorrendo a receitas próprias, como o conseguiram o ISEG e o IST em situação semelhante. Mas se terceiros não honram os seus pagamentos, como tem vindo a acontecer com a FCT, não há gestão que faça o milagre da duplicação dos fundos. Desde há muito que, mercê da sua especificidade de despesas - custos de gestão da Tapada da Ajuda, Parque Botânico com cerca de 100ha, e do Jardim Botânico da Ajuda - para além dos cortes orçamentais que vimos suportando nos últimos anos e da suspensão do orçamento do LPVVA, o ISA/UTL vem vivendo em situação de gestão permanentemente deficitária, mas como instituição séria e responsável sempre assumiu os encargos de pessoal (para os quais o OE já não é suficiente) com base nas receitas próprias. Esse esforço é bem patente na realização de 43 % de receitas próprias, como contribuição para o orçamento global. Aliás, foi também assim que mais uma vez honrámos o compromisso que temos para com os funcionários Docentes e Não-Docentes, que respeitamos profundamente e encaramos como o activo mais importante da instituição. **Não foi graças à intervenção do Ministério, como o Sr. Ministro quis fazer crer em directo, mas graças ao esforço interno da instituição:** a descativação dos 7.5% de verbas nossas, retidas no início do ano, mereceram aprovação por parte da tutela, objecto de comunicação às 12:08 de 29/11, mas com a condicionante de que só teríamos acesso a essa verba em meados do mês de Dezembro. Consequentemente, se o subsídio foi pago dentro do prazo legal (30 de Novembro), deve-se exclusivamente à disponibilidade das receitas próprias da instituição e ao particular empenhamento dos nossos Serviços.

**Temos direito ao bom nome, exigimos que se reponha a verdade** e agradecemos os inúmeros testemunhos de solidariedade, quer da instituição, quer de outras escolas da UTL ou das Universidades portuguesas.

**Para informações adicionais contactar, p.f.:**

D. Conceição Albuquerque

Telef. 21 365 34 99 / E-mail: cdisa@isa.utl.pt